



CATÓLICA
PORTO

EDUCAÇÃO E
PSICOLOGIA



LIVRO DE RESUMOS

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Universidade Católica Portuguesa - Porto
23 e 24 de julho de 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC COMMITTEE

Alexandre Ventura (Universidade de Aveiro)
Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho)
Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
António Bolívar (Universidad de Granada)
António Neto-Mendes (Universidade de Aveiro)
António Nóvoa (Universidade de Lisboa)
Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Helena Peralta (Universidade de Lisboa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
João Barroso (Universidade de Lisboa)
João Formosinho (Universidade do Minho)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
Jorge Adelino Costa (Universidade de Aveiro)
José António Caride (Universidade de Santiago de Compostela)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
José Verdasca (Universidade de Évora)
Leonor Torres (Universidade do Minho)
Luísa Alonso (Universidade do Minho)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)
Michel Soëtarde (Université Catholique de l'Ouest)
Rosanna Barros (Universidade do Algarve)

COMISSÃO ORGANIZADORA | ORGANIZING COMMITTEE

Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)

COMISSÃO EXECUTIVA | EXECUTIVE COMMITTEE

Cristina Crava (Universidade Católica Portuguesa)
Francisco Martins (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)

FICHA TÉCNICA

Título: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL
EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
LIVRO DE RESUMOS

Organização: Joaquim Machado [coord.], Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista,
Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão

Colaboração: Cristina Crava, Francisco Martins

Depósito Legal: 395701/15

ISBN: 978-989-96186-7-1

Editor: Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento
Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto

Local e data: Porto, Julho de 2015

130 | PERSPETIVAS DE DIFERENCIAÇÃO NAS AULAS DE CANTO: INCLUIR E PROMOVER AS APRENDIZAGENS

Vivianne Lopes, Maria do Céu Roldão

O foco principal deste trabalho, desenvolvido no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação da Universidade Católica Portuguesa, consiste em caracterizar o modo como as práticas de diferenciação curricular colocadas em ação no contexto de aulas do ensino superior de música, variante canto. Esta temática é de grande interesse para as investigadoras, uma vez que o ensino da música parece muitas vezes ser destinado apenas para os talentos natos em contraposição à ideia de ser uma ferramenta de inclusão numa perspetiva global. A comunicação fundamenta-se portanto na revisão da literatura especializada e na apresentação de dados empíricos já analisados no âmbito do doutoramento e que foram desenvolvidos à luz de reflexões acerca das práticas curriculares nas aulas de canto lírico em Portugal. Para se compreender o significado da temática da diferenciação curricular neste contexto é necessário que se reflita acerca do modo como professores e os alunos agem e interagem no contexto de sala de aula; reconhecendo também a relevância dos diferentes discursos teóricos acerca da problemática. Espera-se deste modo contribuir para novas reflexões que despoletem melhorias nas práticas curriculares e promovam experiências de aprendizagens mais significativas para todos os alunos, bem como para os professores; ou seja, um processo construído em cooperação e dentro de uma lógica diferenciadora inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Diferenciação curricular; inclusão; ensino da música e canto lírico.

138 | EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM GEOCIÊNCIAS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Teresa Guedes

O presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão e análise das potencialidades da educação não formal, para o desenvolvimento da literacia científica e da educação para a ciência em crianças do Ensino Pré-Escolar, num contexto educacional formado pela parceria entre duas instituições (formal e não formal), com o intuito de identificar os desafios e as possibilidades de tal construção que apontem para uma conceção integral de educação. O projeto desenvolvido fez parte do Plano Anual de Atividades de um Agrupamento de escolas da área de Lisboa, no presente ano letivo. Em colaboração com uma investigadora universitária, envolveu a participação de uma professora de Ciências Naturais e de uma técnica da Componente de Animação Socioeducativa desse agrupamento, bem como de duas turmas de alunos do ensino pré-escolar, totalizando 31 alunos. Este projeto pretendeu contribuir para o desenvolvimento da literacia científica dos alunos, despertar a curiosidade pelo saber, aprofundar a aquisição de aprendizagens em geociências, através da realização de atividades experimentais em contexto não formal. Consistiu na identificação das principais propriedades físicas do solo e da sua componente microbiológica, escolha que se deveu ao facto do presente ano civil, ter sido considerado pela ONU, Ano Internacional dos Solos. A metodologia qualitativa utilizada centrou-se num projeto de investigação. Tendo como ponto de partida a realização de atividades experimentais com diferentes tipos de solos, foi analisado o desenvolvimento da literacia científica dos alunos, ao longo do ano letivo, considerando as actividades práticas e os trabalhos de projeto concretizados, cruzando conteúdos de Ciências e técnicas de desenho e modelagem de expressão plástica. A análise dos dados permite concluir que há potencialidades no trabalho de educação não formal, para o desenvolvimento da literacia científica e da educação para a ciência, tendo por base o trabalho colaborativo entre instituições. O sucesso deste projeto corrobora que o ensino não-formal tem um enorme potencial no que diz respeito à sua capacidade de motivar o aluno para a aprendizagem numa efetiva educação para a ciência.

PALAVRAS-CHAVE: educação não formal; ensino pré-escolar; solos; literacia científica.

139 | ESTATUTO DO ALUNO: ENTRE UM CÓDIGO PENAL E UM CÓDIGO EDUCATIVO?

Cláudia Gomes, José Matias Alves

Esta comunicação insere-se numa dissertação de mestrado em curso e tem como objecto descrever e compreender, de forma sumária, o sentido da evolução normativa do estatuto disciplinar dos alunos nos últimos 10 anos, analisar as práticas de procedimento disciplinar e avaliar o impacto que as sanções disciplinares têm no aluno a curto e a médio prazo sustentado com testemunhos de alunos e de ex-alunos, e de seus pais. Pretende-se registar neste caso como percebem a sanção que lhes foi aplicada e a sua influência no que são hoje enquanto pessoa. Em simultâneo efetua-se um registo do ponto de vista dos docentes que mais frequentemente redigem participações disciplinares no sentido de perceberem a sua opinião em relação à infracção cometida versus sanção disciplinar aplicada.

Este estudo assume uma natureza de tipo caso, tendencialmente qualitativo e compõe-se de três momentos de ação: análise comparativa dos Estatutos do aluno que estiveram em vigor nos últimos dez anos; balanço das sanções disciplinares aplicadas no Agrupamento Ethos desde o ano de 2005, de forma a analisar-se quais as sanções disciplinares mais aplicadas e quais os deveres dos alunos mais frequentemente desrespeitados; análise do impacto da aplicação das referidas sanções no aluno ao nível comportamental, relacional, social e profissional. Esta análise é aferida através da realização de cinco focus group tendo por base os seguintes grupos atuais alunos e ex-alunos do agrupamento que foram objecto de procedimento disciplinar; pais de atuais alunos e pais de ex-alunos cujos filhos foram alvo de procedimento disciplinar; e, professores cujas participações disciplinares por si elaboradas deram origem a processos ou sanções disciplinares. Com este último grupo pretende-se perceber a sua leitura face à ocorrência disciplinar por si registada e à pertinência da sanção aplicada ao aluno.

Cerca de ¾ dos elementos entrevistados partilham a ideia que as sanções atribuídas foram de encontro ao esperado. Esta representação de uma forma geral, responde à questão do tema da dissertação, assumindo assim o Estatuto do aluno um formato de Código tendencialmente educativo, embora também sejam registadas situações expressivas de que a suspensão e o envio para casa pouco ou nada beneficia a aprendizagem dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: estatuto do aluno, impacto disciplinar, sanção, educativo.